Sr. Presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores.

A difícil situação financeira do Portus – Instituto de Previdência dos portuários, será mais uma vez tema de audiência pública no Senado Federal, em Brasília, no dia 8 de novembro, às 9 horas, numa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do Senado, em Brasília, presidida por Paulo Paim (PT), autor do requerimento que marcou a reunião, em atenção a pedido de Eduardo Guterra, presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP),

Uma grande mobilização está sendo feita pela Federação Nacional dos Portuários, Sindaport, APP – Associação de Participantes do Portus, (que possui mais de 3 mil associados),entre outras entidades, para levar o maior número possível de manifestantes à audiência, visando sensibilizar parlamentares e o Governo Federal para a situação delicada do Instituto.

Atualmente o Portus vem queimando patrimônio, tal como a venda de imóveis, para pagar benefícios, diante da falta de recursos. Há informações que o fundo só teria dinheiro para honrar seus pagamentos até dezembro próximo, gerando um clima de grande insegurança entre seus beneficiários.

O Portus está sob intervenção federal desde agosto do ano passado, mas até o momento não há uma definição sobre seu futuro. No total, o fundo é credor de dívida de aproximadamente de R$ 4 bilhões, uma parte pela falta de repasse de constribuições normais das instituições patrocinadores, da reserva técnica do serviço anterior (RTSA) e pela retirada do patrocínio da Portobrás, empresa extinta em 1990, sem que tenha havido o devido repasse de contribuições ao Instituto.

Em algumas situações o Portus já teve ganho na Justiça. Em julho do ano passado, a Justiça Federal do Rio de Janeiro condenou a União em 1ª. Instância a pagar R$ 1,2 bilhão, como sucessora da Portobrás.

Todas essas questões serão novamente discutidas no Senado, sendo fundamental que se encontrem altenativas para que os participantes do Portus, uma parcela considerável residente na Baixada Santista, não percam seus benefícios, o que geraria grave problema social. Ou seja, o Governo Federal tem que assumir esse ônus.

Como salienta a FNP, caso o Instituto Portus deixe de honrar os compromissos previdenciários quase 11 mil pessoas, entre participantes e beneficiários ficarão desamparados. Desse total 80% são aposentados e pensionistas, razão pela qual é fundamental que as autoridades federais busquem uma solução justa, com apoio dos parlamentares e das demais forças políticas do País.

Diante do exposto apresento o seguinte :

REQUERIMENTO Nº.

REQUEIRO, ouvido o Plenário que esta Casa oficie às lideranças do Senado Federal, manifestando irrestrito apoio da Câmara Municipal de Santos, na busca de solução para a manutenção do Portus, cujo tema será discutido no próximo diia 8 de novembro pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do Senado, em Brasília, tendo em vista que mais de 11 mil famílias de portuários estão sob ameaça de perder seus benefícios se não houver um posicionamento urgente do Governo Federal.

REQUEIRO que do deliberado seja dada ciência à presidente da República Dilma Roussef, à Ministra da Casa Civil, Gleisi Helena Roffman, ao Ministro da Secretaria Especial de Portos, Leônidas Cristino, ao Sindaport, à Federação Nacional dos Portuários, e à Associação dos Participantes do Portus – APP e a João Carlos de Souza (jocasocarneseca@gmail.com), Av. Cons. Nébias, 586-Boqueirão – CEP 11.045-002.

REQUEIRO que cópias da justificativa sejam anexadas aos ofícios expedidos.

SS. de de 2012

BENEDITO FURTADO
Vereador – PSB